



LIGHT S.A.
CNPJ/ME Nº 03.378.521/0001-75
NIRE Nº 33.300.263.16-1 - Capital Aberto

Certidão da Ata da Reunião do Conselho de Administração da Light S.A. ("Companhia") realizada em 01 de Abril de 2020, lavrada sob a forma de sumário. 1. Data, hora e local: 01 de abril de 2020 às 17h00min, mediante vídeo conferência. 2. **Presentes:** Os Conselheiros David Zilberstajjn, Presidente da Mesa, Ricardo Reisen de Pinho, Carlos Marcio Ferreira, Antonio Rodrigues dos Santos e Junqueira, Carlos Alberto da Cruz, Carlos da Costa Parciás Júnior, Octávio Cortes Pereira Lopes e Patricia Gracindo Marques de Assis Bentes. Compareceram, também, sem participar das votações, a Diretora Presidente e de Relações com Investidores Ana Marta Horta Veloso, o Diretor de Finanças e de Participações Roberto Caixeta Barroso, a Diretora de Gestão Empresarial Deborah Meirelles Rosa Brasil e a Coordenadora de Governança Corporativa Paula Regina Novello Cury convidada para secretariar os trabalhos. 3. **Ordem do Dia:** Apreciar e deliberar sobre: (I) a orientação de voto favorável aos conselheiros indicados pela Companhia na Light Serviços de Eletricidade S.A., sociedade por ações com registro de companhia aberta na Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") como categoria B, com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida Marechal Floriano, nº 168, Centro, CEP 20080-002, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 60.444.437/0001-46 ("Emissora"), na Reunião do Conselho de Administração da Emissora que deliberar sobre a aprovação da 18ª (décima oitava) emissão pública de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirográfrica, com garantia fidejussória adicional, em série única, da Emissora, sendo composta por 400.000 (quatrocentos mil) debêntures ("Debêntures"), perfazendo o montante total de R\$400.000.000,00 (quatrocentos milhões de reais), a qual será objeto de oferta pública com esforços restritos de distribuição, nos termos da Instrução da CVM nº 476, de 16 de janeiro de 2009, conforme alterada ("Instrução CVM 476"), sob regime de garantia firme de colocação ("Emissão" e "Oferta Restrita", respectivamente); (II) a outorga, pela Companhia, da Fiança (conforme abaixo definido), no âmbito da Emissão; (III) a autorização para a Diretoria da Companhia, de forma direta ou indireta, por meio de procuradores, e nos termos do seu estatuto social, a praticar todos e quaisquer atos necessários ou convenientes à formalização da Fiança, incluindo, mas não se limitando, (a) a discussão, negociação e definição dos termos da Fiança, bem como a celebração, pela Companhia, do "Instrumento Particular de Escritura da 18ª (Décima Oitava) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie Quirográfrica, com Garantia Fidejussória Adicional, para Distribuição Pública com Esforços Restritos, da Light Serviços de Eletricidade S.A." ("Escritura" ou "Escritura de Emissão"), do Contrato de Distribuição (conforme abaixo definido), seus eventuais aditamentos e demais documentos relacionados às Debêntures e à Fiança; e (b) celebração de todos os demais documentos e eventuais aditamentos no âmbito da Emissão e da Fiança; (IV) orientação do voto para que os conselheiros indicados pela Companhia no Conselho de Administração da Emissora autorizem a Diretoria da Emissora, observadas as disposições legais, a deliberar e praticar todos os atos necessários à efetivação da Emissão e da Oferta Restrita, incluindo, mas não se limitando (a) a discussão, negociação e definição dos termos das Debêntures bem como a celebração, pela Companhia, da Escritura de Emissão, do Contrato de Distribuição, seus eventuais aditamentos e demais documentos relacionados às Debêntures; (b) a contratação de instituições financeiras integrantes do sistema de distribuição de valores mobiliários para a realização da Oferta Restrita, sendo uma delas a instituição intermediária líder ("Coordenadores"); (c) a contratação dos prestadores de serviços da Emissão, incluindo, mas não se limitando ao escriturador, banco liquidante, agente fiduciário e assessores legais (em conjunto, "Prestadores de Serviço"), podendo, para tanto, negociar e assinar os respectivos contratos e fixar seus honorários; e (d) celebração de todos os demais documentos e eventuais aditamentos no âmbito da Emissão; e (V) a ratificação de todos os atos praticados pela Diretoria da Companhia no âmbito da Emissão e da Oferta Restrita. 4. **Deliberações:** por unanimidade de votos e sem quaisquer restrições, os Conselheiros da Companhia: (i) aprovaram a orientação de voto aos conselheiros indicados pela Companhia na Reunião do Conselho de Administração da Emissora que deliberar sobre a aprovação da Emissão, a qual terá as seguintes características e condições: (a) **Número da Emissão:** A Emissão constitui a 18ª (décima oitava) emissão de debêntures da Emissora. (b) **Valor Total da Emissão:** O Valor da Emissão será de R\$400.000.000,00 (quatrocentos milhões de reais), na Data de Emissão (conforme abaixo definida). (c) **Data de Emissão:** Para todos os fins e efeitos legais, a data de emissão das Debêntures será 15 de abril de 2020 ("Data de Emissão"). (d) **Número de Séries:** A Emissão será realizada em série única. (e) **Quantidade de Debêntures:** Serão emitidas 400.000 (quatrocentos mil) Debêntures, na Data de Emissão. (f) **Valor Nominal Unitário:** O valor nominal unitário das Debêntures será de R\$1.000,00 (mil reais), na Data de Emissão ("Valor Nominal Unitário"). (g) **Forma e Emissão de Certificados:** As Debêntures serão emitidas na forma nominativa e escritural, sem a emissão de cautelares ou certificados. (h) **Comprovação de Titularidade:** A Emissora não emitirá certificados de Debêntures. Para todos os fins de direito, a titularidade das Debêntures será comprovada pelo extrato emitido pelo Escriturador. Adicionalmente, as Debêntures custodiadas eletronicamente na B3 S.A. – Brasil, Bolsa e Balcão – Segmento CETIP UTMV ("B3") terão sua titularidade comprovada pelo extrato em nome dos Debenturistas emitido pela B3. (i) **Tipo e Conversibilidade:** As Debêntures serão simples, não sendo, portanto, conversíveis em ações de emissão da Emissora. (j) **Espécie:** As Debêntures serão da espécie quirográfrica, não gozando os Debenturistas de preferência em relação aos demais credores quirográficos da Emissora, nos termos do artigo 58, *caput*, da Lei das Sociedades por Ações. Adicionalmente, as Debêntures contarão com garantia adicional fidejussória representada pela Fiança (conforme abaixo definida). (k) **Distribuição, Negociação e Custódia Eletrônica:** As Debêntures serão depositadas para (i) distribuição primária por meio do MDA - Módulo de Distribuição de Ativos, administrado e operacionalizado pela B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão – Segmento CETIP UTMV ("B3"), sendo a distribuição liquidada financeiramente por meio da B3; e (ii) negociação e custódia eletrônica no mercado secundário por meio do CETIP21 - Títulos e Valores Mobiliários ("CETIP21"), administrado e operacionalizado pela B3, sendo as negociações liquidadas financeiramente e as Debêntures custodiadas eletronicamente na B3. (l) **Prazo e Data de Vencimento:** Ressalvadas as hipóteses de liquidação antecipada das Debêntures em razão de seu vencimento antecipado e/ou de Oferta de Resgate Antecipado Total, conforme aplicável, nos termos previstos na Escritura de Emissão, o prazo de vencimento das Debêntures será de 1 (um) ano contado da Data de Emissão, ocorrendo o vencimento, portanto, em 15 de abril de 2021 ("Data de Vencimento"). (m) **Colocação e Procedimento de Distribuição:** As Debêntures serão objeto de distribuição pública com esforços restritos de distribuição, nos termos da Instrução CVM 476, com a intermediação dos Coordenadores, sob o regime de garantia firme de colocação, conforme os termos e condições do "Contrato de Coordenação, Colocação e Distribuição Pública, com Esforços Restritos, sob o Regime de Garantia Firme de Colocação, de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirográfrica, com Garantia Fidejussória Adicional, em Série Única, da 18ª (Décima Oitava) Emissão da Light Serviços de Eletricidade S.A." a ser celebrado entre os Coordenadores, a Emissora e a Companhia ("Contrato de Distribuição"). A colocação das Debêntures deverá ser efetuada a partir da data de início de distribuição, observado o Contrato de Distribuição, o disposto nos artigos 7º-A e 8º, parágrafo 2º, da Instrução CVM 476. (n) **Garantia Fidejussória:** Para assegurar o fiel, pontual e integral cumprimento das obrigações principais e acessórias assumidas na Escritura de Emissão pela Emissora, a Companhia presta fiança, por meio da Escritura de Emissão, em caráter irrevogável e irretroatável, em favor dos Debenturistas, representados pelo Agente Fiduciário, obrigando-se, bem como a seus sucessores a qualquer título, como fiadora e principal pagadora, solidariamente responsável com a Emissora, pelo valor total das obrigações, principais ou acessórias, presentes e futuras, da Emissora previstas na Escritura de Emissão, que inclui: (i) o Valor Nominal Unitário, acrescido da Remuneração e dos Encargos Moratórios, calculados nos termos da Escritura de Emissão e/ou previstos nos demais documentos da Emissão, bem como (ii) todos os acessórios ao principal, inclusive honorários do Agente Fiduciário e as despesas comprovadamente incorridas pelo Agente Fiduciário ou pelos Debenturistas, inclusive, em decorrência de processos, procedimentos e/ou outras medidas judiciais ou extrajudiciais necessárias à salvaguarda de seus direitos e prerrogativas decorrentes da Escritura de Emissão e demais documentos da Emissão e suas posteriores alterações e verbas indenizatórias, quando houver, até o integral cumprimento de todas as obrigações constantes na Escritura de Emissão e nos demais documentos da Emissão, sendo certo que não estão incluídos os valores relativos ao pagamento (1) do Banco Liquidante; e (2) do Escriturador ("Fiança" e "Valor Garantido", respectivamente). (o) **Atualização Monetária:** Não haverá atualização monetária do Valor Nominal Unitário. (p) **Remuneração:** Sobre o Valor Nominal Unitário incidirão juros remuneratórios correspondentes a 100% (cem por cento) da variação acumulada das taxas médias diárias dos DI – Depósitos Interfinanceiros de um dia, *over extra grupo*, na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, calculadas e divulgadas diariamente pela B3, no

informativo diário disponível em sua página na Internet (<http://www.b3.com.br>) ("Taxa DI") acrescida de sobretaxa correspondente a 2,51% (dois inteiros e cinquenta e dois) Dias Úteis ("Remuneração"), a ser calculada de acordo com a fórmula prevista na Escritura de Emissão. A Remuneração será calculada de forma exponencial e cumulativa *pro rata temporis* por Dias Úteis decorridos, desde a Data da Primeira Integralização ou da Data de Pagamento da Remuneração (conforme definida abaixo) imediatamente anterior, conforme o caso, até a próxima Data de Pagamento da Remuneração. Ressalvadas as hipóteses de resgate antecipado das Debêntures decorrente de Oferta de Resgate Antecipado Total, Aquisição Facultativa (conforme abaixo definida) e/ou de vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures, nos termos previstos na Escritura de Emissão, a Remuneração será paga semestralmente, no dia 15 (quinze) dos meses de abril e outubro de cada ano, sendo o primeiro pagamento devido em 15 de outubro de 2020 e o último na Data de Vencimento ("Data de Pagamento da Remuneração"), conforme tabela prevista na Escritura de Emissão. (q) **Prazo de Subscrição:** As Debêntures poderão ser subscritas e integralizadas a qualquer tempo, a partir da Data de Emissão, observados os prazos de distribuição estabelecidos no Contrato de Distribuição. (r) **Preço de Subscrição:** O preço de subscrição das Debêntures que forem integralizadas na primeira data em que ocorrer a subscrição e integralização das Debêntures ("Data da Primeira Integralização") será o Valor Nominal Unitário. Caso ocorra a integralização das Debêntures em mais de uma data, o preço de subscrição das Debêntures que forem integralizadas após a Data da Primeira Integralização das Debêntures será o Valor Nominal Unitário, acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis*, desde a Data da Primeira Integralização até a data da efetiva subscrição e integralização das Debêntures, por meio do MDA, de acordo com as normas de liquidação aplicáveis à B3 (em qualquer caso, "Preço de Integralização"). As Debêntures poderão ser colocadas com ágio ou deságio, desde que seja aplicado à totalidade das Debêntures. As Debêntures serão integralizadas à vista, em moeda corrente nacional, no ato da subscrição, pelo Preço de Integralização, de acordo com os procedimentos aplicáveis da B3. (s) **Repactuação Programada:** Não haverá repactuação das Debêntures. (t) **Amortização Programada:** Ressalvadas as hipóteses de resgate antecipado das Debêntures decorrente de Oferta de Resgate Antecipado Total, Aquisição Facultativa (conforme abaixo definida) e/ou de vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures, nos termos previstos na Escritura de Emissão, o Valor Nominal Unitário será amortizado em 1 (uma) única parcela, na Data de Vencimento. (u) **Aquisição Facultativa:** A Emissora poderá adquirir Debêntures, condicionado ao aceite do respectivo Debenturista vendedor, desde que observe o disposto no artigo 55, parágrafo 3º, da Lei das Sociedades por Ações e na regulamentação aplicável editada pela CVM, incluindo o artigo 13 e, conforme aplicável, o artigo 15 da Instrução CVM 476, por valor igual ou inferior ao Valor Nominal Unitário, devendo tal fato constar do relatório da administração e das demonstrações financeiras da Emissora, ou por valor superior ao Valor Nominal Unitário, desde que observadas as regras expedidas pela CVM. As Debêntures adquiridas pela Emissora poderão, a critério da Emissora e desde que observada a regulamentação aplicável em vigor (i) ser canceladas; (ii) permanecer em tesouraria; ou (iii) ser novamente colocadas no mercado. As Debêntures adquiridas pela Emissora para permanência em tesouraria, se e quando recolocadas no mercado, farão jus à mesma Remuneração aplicável às demais Debêntures ("Aquisição Facultativa"). (v) **Amortização Extraordinária e Resgate Antecipado Facultativo das Debêntures:** Não será admitida a amortização extraordinária facultativa das Debêntures nem o seu resgate antecipado facultativo, exceto pelo resgate antecipado decorrente da Oferta de Resgate Antecipado Total, conforme disposto na Escritura de Emissão. (w) **Oferta de Resgate Antecipado Total:** A Emissora poderá, observados os termos e condições estabelecidos na Escritura de Emissão, a seu exclusivo critério, realizar, a qualquer tempo, oferta de resgate antecipado total das Debêntures, com o consequente cancelamento de tais Debêntures, endereçada a todos os Debenturistas, sem distinção, assegurada a igualdade de condições a todos os Debenturistas, para aceitar o resgate antecipado das Debêntures de que forem titulares, conforme o caso ("Oferta de Resgate Antecipado Total"). O valor a ser pago em relação a cada uma das Debêntures no âmbito da Oferta de Resgate Antecipado Total será equivalente ao Valor Nominal Unitário, acrescido (a) da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data da Primeira Integralização das Debêntures, ou a Data de Pagamento de Remuneração, conforme o caso, imediatamente anterior, até a data do efetivo pagamento; e (b) se for o caso, de prêmio de resgate antecipado a ser oferecido aos Debenturistas, a exclusivo critério da Emissora, o qual não poderá ser negativo. (x) **Vencimento Antecipado:** Observado o disposto na Escritura de Emissão, a Emissão se encontrará vencida, de forma automática ou não automática (conforme definido na Escritura de Emissão), devendo, neste caso, o agente fiduciário exigir o imediato pagamento, pela Emissora, do Valor Nominal Unitário, acrescido da Remuneração devida até a data do efetivo pagamento, calculada *pro rata temporis*, acrescido dos valores devidos a título de encargos moratórios e multas, conforme aplicável, previstos na Escritura de Emissão, na ocorrência de quaisquer dos eventos de vencimento antecipado previstos na Escritura de Emissão ("Eventos de Inadimplemento"). (y) **Local de Pagamento:** Os pagamentos referentes às Debêntures e quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Emissora nos termos da Escritura de Emissão serão efetuados (i) utilizando-se os procedimentos adotados pela B3 para as Debêntures custodiadas eletronicamente na B3, conforme o caso; ou (ii) na hipótese de as Debêntures não estarem custodiadas eletronicamente na B3, (a) na sede da Emissora; ou (b) conforme o caso, de acordo com os procedimentos adotados pelo Escriturador, conforme o caso. (z) **Encargos Moratórios:** Ocorrendo impuntualidade no pagamento pela Emissora de quaisquer obrigações pecuniárias relativas às Debêntures, os débitos vencidos e não pagos ficarão sujeitos a, sem prejuízo do pagamento da Remuneração e Atualização Monetária, quando aplicável, (i) multa moratória convencional, irredutível e de natureza não compensatória, de 2% (dois inteiros por cento) sobre o valor devido e não pago; e (ii) juros de mora calculados *pro rata temporis* desde a data do inadimplemento até a data do efetivo pagamento dos débitos em atraso, à taxa de 1% (um inteiro por cento) ao mês sobre o montante devido e não pago, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial ("Encargos Moratórios"). (aa) **Destinação dos Recursos:** Os recursos obtidos pela Emissora com a Emissão serão destinados ao reforço do capital de giro da Emissora, dentro da gestão ordinária de seus negócios. (bb) **Demais Condições:** As demais características da Emissão e da Oferta Restrita constarão da Escritura de Emissão. (II) aprovaram, para assegurar o fiel, pontual e integral cumprimento e pagamento do Valor Garantido, a outorga, pela Companhia, da Fiança, em caráter irrevogável e irretroatável, em favor dos Debenturistas, representados pelo Agente Fiduciário, obrigando-se, bem como a seus sucessores a qualquer título, como fiadora e principal pagadora, solidariamente responsável com a Emissora, pelo Valor Garantido, nos termos do artigo 822 do Código Civil e renunciando expressamente aos benefícios previstos nos termos dos artigos 333, parágrafo único, 366, 821, 827, 830, 834, 835, 836, 837,838 e 839 do Código Civil e artigos 130 e 794 do Código de Processo Civil, conforme alterados; (III) aprovaram a autorização para a Diretoria da Companhia, de forma direta ou indireta, por meio de procuradores, e nos termos do seu estatuto social, a praticar todos e quaisquer atos necessários ou convenientes à formalização da Fiança, incluindo, mas não se limitando, (a) a discussão, negociação e definição dos termos da Fiança, bem como a celebração, pela Companhia, da Escritura de Emissão, do Contrato de Distribuição, seus eventuais aditamentos e demais documentos relacionados às Debêntures e à Fiança; e (b) celebração de todos os demais documentos e eventuais aditamentos no âmbito da Emissão e da Fiança; (IV) aprovaram a orientação do voto para que os conselheiros indicados pela Companhia no Conselho de Administração da Emissora autorizem a Diretoria da Emissora, observadas as disposições legais, a deliberar e praticar todos os atos necessários à efetivação da Emissão e da Oferta Restrita, incluindo, mas não se limitando (a) a discussão, negociação e definição dos termos das Debêntures (incluindo, mas não se limitando a, negociação das hipóteses de vencimento antecipado das Debêntures a serem descritas na Escritura de Emissão), bem como a celebração, pela Companhia, da Escritura, do Contrato de Distribuição, seus eventuais aditamentos e demais documentos relacionados às Debêntures; (b) a contratação dos Coordenadores para a realização da Oferta Restrita; (c) a contratação dos Prestadores de Serviço, podendo, para tanto, negociar e assinar os respectivos contratos e fixar seus honorários; e (d) a celebração de todos os demais documentos e eventuais aditamentos no âmbito da Emissão; e (V) ratificaram todos os atos anteriores à data desta reunião praticados pela Diretoria da Companhia no âmbito da Emissão e da Oferta Restrita. Declaro que a presente é cópia fiel da ata da reunião do Conselho de Administração da Light S.A., realizada em 01 de abril de 2020, às 17 horas, mediante vídeo conferência. Paula Regina Novello Cury - Secretária da Reunião. Arquivado na JUCERJA nº 00003867514 em 03/04/2020. Bernardo F. S. Berwanger - Secretário Geral.

SITUAÇÃO DE GUERRA

Guardia declara que as ações do governo têm de ser temporárias

Ex-ministro da Fazenda diz que não pode criar despesas permanentes para combater essa crise

Antecessor de Paulo Guedes no comando da área econômica, o ex-ministro da Fazenda Eduardo Guardia diz que é hora de deixar de lado diferenças políticas para acelerar medidas no combate aos efeitos da covid-19, mas que não se pode cometer os mesmos erros da crise de 2008. "Não se combate essa crise criando despesas permanentes. Essa foi a resposta do governo brasileiro na crise de 2008, quando aumentamos o gasto permanente e pagamos essa conta até hoje."

Na sua avaliação, as medidas tomadas pelo governo são corretas e possuem uma dimensão importante. "O BC está apresentando medidas que são muito importantes para manter o adequado funcionamento do sistema financeiro e a manutenção da liquidez do mercado de crédito. Do lado fiscal, o governo está focando em várias ações. A Receita também começa a fazer movimentos de adiamento de tributos. Qual a grande preocupação? Que isso seja monitorado para que chegue, na ponta, com rapidez. Temos uma grande rede de proteção social, o Bolsa Família, que também deve ser utilizada. Mais importante do que discutir se R\$ 750 bilhões são adequados, é ir um passo de cada vez e ver se as medidas já anunciadas chegam na ponta."

Considerando a gravidade da crise atual, Guardia aprova a PEC que confere poderes ao BC para comprar títulos públicos e privados. "Diversos BCs têm essa prerrogativa e não vejo problema em criar esse instrumento, desde que com a devida transparência e limitado a período de crises mediante a aprovação prévia do CMN. Não vejo necessidade de que essa intervenção seja financiada, mesmo que parcialmente. Também não vejo necessidade imediata, nas nossas circunstâncias, de autorizar o BC a comprar títulos públicos no mercado secundário, como se fosse um 'quantitative easing' (afrouxamento monetário, injeção de recursos na economia, por meio da compra de títulos, por exemplo)."

Segundo ele, o instrumento de comprar carteiras e títulos de crédito é importante porque, mesmo que haja liquidez no mercado financeiro, não necessariamente ela chega na ponta para as empresas, onde precisa.

O mais urgente, na sua avaliação, é que as medidas já anunciadas sejam operacionalizadas. "Diversas medidas foram anunciadas, mas pouco foi efetivamente implementado. O senso de urgência é fundamental neste momento. Cada dia de atraso na

implementação tem potencial de agravar a situação."

Ele lembrou que o Brasil é um país difícil, a legislação é complexa, o risco jurídico para quem está lá tomando a decisão é grande. "Estamos discutindo emenda constitucional para implementar os programas, porque nosso arcabouço é muito mais amarrado. Isso, de fato, tem impacto na nossa velocidade de resposta. Também acho que demoramos um pouco para colocar esse arsenal de medidas na mesa."

Guardia disse que o que vale para o governo federal tem de valer para Estados e municípios. "Não se combate essa crise criando despesas permanentes. Essa foi a resposta do governo brasileiro na crise de 2008, quando aumentamos o gasto permanente e pagamos essa conta até hoje. Foi um erro muito grande. Não podemos repetir o erro."

Ele afirmou que não existe o dilema de fiscalizar e controlar gasto quando na outra ponta está a necessidade de salvar vidas, o emprego e as empresas. "As ações têm de ser temporárias. É isso que vai nos permitir atender às necessidades de curto prazo, não fugir das nossas responsabilidades, e preservar a capacidade de recuperação fiscal de médio e longo prazos. Haverá aumento de endividamento, sim é inevitável. O que não pode é ter aumento de endividamento e gasto permanente. Entramos nessa crise com a situação fiscal já fragilizada e isso afetará o custo do ajuste após a crise."

Ele admitiu que o Brasil terá uma grande contração. "O PIB brasileiro e do mundo vai ter uma contração muito forte. Acredito que maior do que a que o Brasil teve em 2008. No quarto trimestre de 2008, o Brasil teve uma contração de 3,9%. Devemos estar preparados e esperar uma contração maior no segundo trimestre deste ano. A resposta precisa ser rápida, ter foco e colocar de lado as diferenças políticas. É como uma situação de guerra, as diferenças precisam ser colocadas de lado para sairmos melhores."

Ele garantiu que a fiscalização não morre com a crise. "O desequilíbrio fiscal sem precedentes que nos levou à crise de 2014 a 2016. O Brasil pagou um custo altíssimo em termos de crescimento, emprego e renda, por causa do desequilíbrio fiscal. Não tem nenhum economista responsável que possa defender falta de compromisso com a disciplina fiscal. É esse desequilíbrio, em última instância, que limita nossa capacidade de crescimento econômico."

PIER MAUÁ S/A

CNPJ/MF Nº 02.434.768/0001-07 - NIRE 33.300.166.220

Extrato da Ata da Assembleia Geral Ordinária: Realização/Local: 16/04/2019, às 9h, na Av. Rodrigues Alves, 10, Rio de Janeiro/RJ. **Convocação:** Dispensada conforme § 4º, do Artigo 124, da Lei 6.404/76. **Presenças:** 100% do capital votante. **Publicações:** As demonstrações financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31/12/2018, publicadas em 05/04/2019 no Diário Oficial RJ e em 05/04/2019 no Diário Comércio e Indústria & Serviços. **Mesa:** Presidente: Luis Antonio Floriano, Secretária: Denise Luciene de Souza Lima. **Ordem do Dia/Deliberações:** "Aprovadas por unanimidade": (a) O Relatório da Administração, Balanço Patrimonial e demais Demonstrações Financeiras pertinentes ao exercício social encerrado em 31/12/2018; (b) Do resultado apurado no exercício encerrado em 31/12/2018, o montante total de R\$ 3.845.551,41 após constituição de reserva legal e estatutária e dos dividendos mínimos obrigatórios, restando em 31/12/2018 o montante de R\$ 7.706.444,49 mantidos em reservas de lucros retidos; (c) Foi aprovada a remuneração total da Administração paga em 2018, no valor total anual de R\$ 1.789.501,95 e aprovada a remuneração para o exercício de 2019, no total anual de até R\$ 1.860.000,00, até o limite individual de R\$ 620.000,00, valor reajustado que será distribuído a partir de maio de 2019 até abril de 2020; (e) A eleição e reeleição para compor o Conselho de Administração com mandato até AGO a ser realizada em 2020, dos seguintes membros: (i) Armanda Correa Gayoso Neves Cerqueira, brasileira, RG 171.328 SSI/SC, CPF 671.102.079-00; (ii) Marcelo Gayoso Neves Pedreira de Cerqueira, brasileiro, RG 3.472.159-2 SSP/SC, CPF 036.934.009-46; (iii) Luis Antonio Floriano, brasileiro, RG 7.327.531 SSP/SP, CPF 736.942.408-10; (iv) Francisco Cassiani Filho, brasileiro, RG 3.047.545 SSP/SP, CPF 061.752.958-20. Os conselheiros eleitos e reeleitos declaram para fins de direito que não estão impedidos de exercer a administração da Companhia, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrarem sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra relações de consumo, fé pública, ou propriedade. II. Foi autorizada a publicação desta ata em forma de extrato. **Leitura e lavratura da Ata:** Nada mais havendo a ser tratado, foi encerrada a Assembleia da qual lavrou-se a presente ata que lida e aprovada vai por todos os presentes assinados. **Acionistas:** p/ Infracul - Infraestrutura e Empreendimentos Ltda.: Luis Antonio Floriano e Leandro Luiz Chiachio; Luis Antonio Floriano - Presidente da Assembleia; Denise Luciene de Souza Lima - Secretária da Assembleia. Confere com o original lavrado em livro próprio. Denise Luciene de Souza Lima - Secretária. Jucerja 3594351 em 29/04/2019. Bernardo F. S. Berwanger - Secretário Geral.

INSPIRA MUDANÇA PARTICIPAÇÕES S/A

CNPJ 28.580.065/0001-72 - NIRE 3330032573-5

Informamos os Senhores Acionistas do INSPIRA MUDANÇA PARTICIPAÇÕES S/A ("Companhia") sobre as seguintes deliberações aprovadas em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 2 de abril de 2020, às 10:00 horas, na Rua Teófilo Ottoni, nº 82, sala 1.401, bairro Centro, município do Rio de Janeiro/RJ, CEP 20.090-070, para que possam exercer, no prazo de 30 dias contados da primeira publicação do presente aviso, o seu direito legal de preferência nos termos do art. 171 da Lei nº 6.404/76, no aumento do capital social da Companhia no valor de até R\$ 38.607,62, mediante a emissão de até 1.930.381 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, ao preço de emissão de aproximadamente R\$ 0,6514258 por ação, dos quais R\$0,02 passarão a compor o capital social e aproximadamente R\$ 0,6314258 serão destinados à reserva de capital. Caso a subscrição seja realizada em sua integralidade, o aumento de capital, uma vez homologado, significará um aporte de R\$ 1.257.500,00, dos quais R\$ 38.607,62 serão destinados ao capital, que será elevado de R\$ 1.496.007,58 para R\$ 1.534.615,20, e aproximadamente R\$ 1.218.892,38 serão destinados à reserva de capital. Nos termos do art. 170 da Lei nº 6.404/76, a homologação da chamada de capital aprovada está condicionada à integralização de, no mínimo, ¼ do atual capital social da Companhia. As subscrições deverão ser realizadas no prazo de 30 dias a contar da publicação do presente aviso, e a integralização das contribuições deverão necessariamente ser realizadas em moeda corrente, nos termos e prazos especificados na ata da Assembleia Geral Extraordinária que deliberou o presente aumento. Os acionistas interessados deverão comparecer à sede da Companhia, ou solicitar por meio escrito à diretoria da Companhia, no prazo acima indicado, em horário comercial, para receber maiores informações sobre a subscrição das novas ações e, conforme o caso, celebrar o respectivo boletim de subscrição. Rio de Janeiro/RJ, 02 de abril de 2020. **André Renato da Silva Aguiar** - Diretor Presidente.

PIER MAUÁ S/A

CNPJ/MF Nº 02.434.768/0001-07 - NIRE 33.300.166.220

Extrato da Ata da Reunião do Conselho de Administração: Realização/Local: 15/04/2019, às 09h, na Av. Rodrigues Alves, 10, Rio de Janeiro/RJ. **Presenças:** Todos os membros do Conselho de Administração. **Mesa:** Presidente - Luis Antonio Floriano, Secretária - Denise Luciene de Souza Lima. **Deliberações:** Aprovadas por unanimidade: a) Eleição entre os conselheiros presentes, a eleição do Presidente do Conselho para mais um mandato do Sr. Alípio José Gusmão dos Santos, brasileiro, RG 3.538.540 SSP/SP, CPF 206.590.918-87. b) A reeleição para compor a Diretoria com mandato até 30.04.2020: Diretor Presidente: Luis Antonio Valle Pedreira de Cerqueira, brasileiro, RG 2/C 372.764 SSP/SC, CPF 381.042.459-53; Diretora Técnica: Denise Luciene de Souza Lima, brasileira, RG 05.139.611-7 SECC, CPF 519.050.947-87; Diretor Financeiro e Diretor de Operações: Américo Relvas da Rocha, brasileiro, RG 8.072.622 SSP/SP, CPF 008.010.518-19. Os diretores reeleitos declaram para fins de direito que não estão impedidos de exercer a administração da Companhia, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrarem sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato ou contra economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra relações de consumo, fé pública, ou propriedade. Foi autorizada a publicação desta ata em forma de extrato. Não havendo outro assunto a tratar, foi encerrada esta reunião que lida e aprovada é assinada pelos presentes. **Conselheiros:** Armanda Correa Gayoso Neves Cerqueira, Marcelo Gayoso Neves Pedreira de Cerqueira, Luis Antonio Floriano e Francisco Cassiani Filho. Luis Antonio Floriano - Presidente. Denise Luciene de Souza Lima - Secretária. Confere com o original lavrado em livro próprio. Denise Luciene de Souza Lima - Secretária. Jucerja 3594347 em 29/04/2019. Bernardo F. S. Berwanger - Secretário Geral.